

DOI: 10.20911/21799024v14n1p122/2023

O Concílio Vaticano II e a Igreja dos Pobres

José F. Castillo Tapia ¹

Resumo: Nesses dez anos de pontificado do Papa Francisco, a categoria teológica dos pobres e da pobreza foi recuperada, fugindo do assistencialismo e cunhando o termo “Igreja Samaritana” de Paulo VI. Neste artigo, vou me concentrar na gênese do Concílio Vaticano II e na chamada “Igreja dos pobres”. Passaremos por diferentes estágios do Concílio com alguns de seus protagonistas a fim de conhecer e apreciar o trabalho de muitos dos Padres Conciliares no estabelecimento de uma Igreja pobre com raízes cristológicas.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; Igreja; Povo de Deus; Os pobres; Cristo.

Abstract: In these ten years of Pope Francis’ pontificate, the theological category of the poor and poverty has been recovered, fleeing from assistentialism and coining Paul VI’s term “Samaritan Church”. In this article I will focus on the genesis of the Second Vatican Council and the so-called “Church of the poor”. We will go through different stages of the Council with some of its protagonists in order to get to know and appreciate the work of many of the Council Fathers in establishing a poor Church with Christological roots.

Keywords: Vatican Council II; Church; People of God; The Poor; Christ.

¹ José Federico Castillo Tapia, jesuíta. Graduado em Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidade de Comillas, Madrid (Espanha), Mestre em Pedagogia pela Pontifícia Universidade de Salamanca e Mestre em Espiritualidade Inaciana pela Pontifícia Universidade de Comillas. Atualmente é mestrando em Teologia Sistemática na FAJE. Bolsista da FAPEMIG. Email: josecastillo@jesuitas.es

Introdução

Neste ano de 2023, no décimo aniversário do pontificado do Papa Francisco, acho que é apropriado dar uma olhada no que estava no coração da Igreja dos Pobres no Concílio Vaticano II. Embora o Papa Francisco tenha dado muita visibilidade a esse modelo de Igreja nesses dez anos, não podemos nos esquecer de que houve muito trabalho, muita alegria e muito sofrimento durante o Concílio para que essa perspectiva pudesse ser contemplada. Por essa razão, acho justo traçar a gênese daqueles homens da Igreja que trabalharam para que, hoje, Francisco nos traga um fundamento renovado da Igreja dos Pobres como uma Igreja Samaritana, tendo como base a categoria “Povo de Deus”, da *Lumen gentium*. O Concílio Vaticano II foi um sinal dos tempos em que a identidade da Igreja se encontrava em crise. Um Concílio “da Igreja para a Igreja”, como diria Rahner. Há muitos tratados sobre os documentos e a história do Concílio, mas não é fácil encontrar a relação entre o Concílio e a Igreja dos pobres. Isso pode ser devido a que “os pobres não estiveram no coração dos principais textos conciliares” (DE MORI, 2017, p.838).

Em 25 de janeiro de 1959, o Papa João XXIII anunciou a convocação e a celebração de um novo concílio. Ele fez este anúncio diante de um pequeno grupo de cardeais na Basílica de São Paulo Fora dos Muros, em Roma.

O Papa anunciou que a convocação de um concílio universal e de um sínodo para a Igreja de Roma deveria levar a uma atualização, a um “*aggiornamento*”. Assim, neste tempo de renovação da Igreja, era essencial “especificar e distinguir entre o que é um patrimônio sagrado da verdade, recebido dos seus maiores; e, ao mesmo tempo, deve também olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida introduzidas no mundo hodierno, que abriram novos caminhos ao apostolado católico” (cf. JOÃO XXIII, 1962)².

Assim, antes do início do Concílio, em 11 de setembro de 1962, João XXIII, a partir da afirmação de que Cristo é nossa luz, deu algumas indicações ao mundo, entre as quais ele disse: “Já existe outro ponto luminoso. Diante dos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta como é e quer ser: a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres”³. Joan Planellas, tendo como referência o livro de Giuseppe Alberigo, sustenta que esta expressão “Igreja dos Pobres” foi tomada por João XXIII do Cardeal Léon-J. Suenens, que a teria apresentado como “a Igreja dos Pobres”. Suenens, além de ter proposto ao Papa um plano geral do Concílio com os temas mais importantes também pensou que diante dos países subdesenvolvidos, é necessário que a Igreja se apresente como a Igreja de todos e especialmente dos pobres (cf. PLANELLAS, 2014, p. 12).

Já João XXIII se referia às nações empobrecidas sob o título de “países subdesenvolvidos” como um lugar especial onde a Igreja encontra o povo de

2 JOÃO XXIII. *Discurso de sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1962.

3 JOÃO XXIII. Mensagem transmitida um mês antes do início do Concílio [11-9-1962]: EV 1, 25* I. Cf. *Altro punto luminoso. Infaccia ai paesi sottosviluppati la Chiesa si presenta quale è, e vuol essere, come la Chiesa di tutti, e particolarmente la Chiesa dei poveri*.

Deus. O Papa leu os sinais dos tempos e viu a situação de empobrecimento de muitos países como uma exortação e um desafio para a Igreja e para a proclamação do Evangelho.

Em 20 de outubro do mesmo ano, os Padres do Concílio dirigiram-se ao mundo com um texto redigido por Marie-Dominique Chenu, juntamente com Yves M. Congar. Este texto foi corrigido e modificado por outros quatro Padres: o Cardeal Achille Liénart, Monsenhor Émile Guerry, Alfred Ancel e Monsenhor Gabriel M. Garrone (Cf. *ibid.*, 13; cf. *Acta syn.*, II, p. 64). Um trecho deste texto diz:

Direcionamos constantemente nossa atenção para as angústias que afligem as pessoas de hoje. Portanto, nossa solicitude deve ser dirigida aos mais humildes, aos mais pobres e fracos; seguindo Cristo, devemos ter compaixão pelas multidões que sofrem fome, miséria e ignorância, colocando constantemente diante de nossos olhos aqueles que, por falta de ajuda adequada, ainda não atingiram uma condição de vida digna do homem (*Acta syn.*, 1962, I/I, p. 23).

Chenu afirmaria mais tarde que o texto original foi “afogado em água benta”. Congar também reconhece que não encontra no texto proposto pelo Bispo Felici tudo o que ele havia trabalhado com o Padre Chenu (PLANELLAS, 2014, p. 65).

1. Fase pré-preparatória do Concílio

Em 5 de junho de 1960, João XXIII apresentou as quatro etapas em que se realizaria o Concílio ecumênico: “a) uma introdução ou inauguração, ou fase preparatória; b) uma preparação propriamente dita; c) a celebração da assembleia geral; d) a promulgação dos atos conciliares” (MADRIGAL, 2016, p. 29).

O trabalho da primeira fase foi delegado a Domenico Tardini, Secretário de Estado do Vaticano posto à frente da comissão ante-preparatória – composta por membros da Cúria e dos dicastérios romanos – criada em 17 de maio de 1959 (*Ibid.*, p. 30). Um dos participantes do Concílio, Dom Helder Câmara, o porta-estandarte da chamada Igreja dos pobres, afirma numa das cartas que escreve a seus amigos: “Quanto a mim, desde que a Providência me trouxe aqui, já tenho um programa bem elaborado” (CÂMARA, 2008, p. 27). Dom Helder, como era conhecido em sua diocese, foi o primeiro secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde atuou com o “desejo de dotar a Igreja de estruturas de coordenação e serviço mais universal [isto se concretizaria com sua] colaboração na criação, em 1955, do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM)” (MADRIGAL, 2016, p. 358).

Em resposta à consulta de Tardini perante o Concílio, Câmara respondeu a favor de “uma Igreja que olha resolutamente para o futuro, preocupada com os pobres e comprometida com a luta contra as estruturas que estão gerando fome e pobreza no mundo” (*Ibid.*). Em 1964, durante a celebração do Concílio, Dom

Helder foi nomeado Bispo de Olinda e Recife (Brasil), tornando-se uma figura internacional em favor dos pobres e dos direitos humanos.

2. Fase preparatória do Concílio

João XXIII, em 5 de junho de 1960, criou as comissões preparatórias com o *motu proprio Suprenu Dei nutu*, que estipulou dez comissões juntamente com um conselho para acompanhar o trabalho das comissões, assim como um secretariado para lidar com possíveis problemas da mídia (ALBERIGO, 2005, p. 36). As comissões são as seguintes:

Comissão Teológica; 2) Comissão de Bispos e Governos Diocesanos; 3) Comissão de Disciplina do Clero e do Povo Cristão; 4) Comissão de Religiosos; 5) Comissão de Disciplina dos Sacramentos; 6) Comissão de Liturgia; 7) Comissão de Disciplina da Igreja; 8) Comissão para as Igrejas Orientais; 9) Comissão para as Nações; 10) Comissão para o Apostolado Secular (MADRIGAL, 2016, p. 31).

Todas essas comissões e secretarias passaram por várias mudanças para que não ficassem sob o controle absoluto da Cúria, mas sim de bispos e teólogos diferentes, mesmo aqueles que teriam sido sancionados no tempo de Pio XI. O trabalho dessas comissões foi árduo e laborioso, pois não havia um plano orgânico que as orientasse. Por essa razão, o ensino doutrinário dos últimos pontífices foi favorecido na elaboração dos esboços, já que a opinião predominante era de que o Concílio deveria sancioná-los apenas. Esta fase terminou em 2 de fevereiro de 1962 com o *motu proprio Concilium* de João XXIII, que marcou o início dos trabalhos conciliares para 11 de setembro do mesmo ano (cf. ALBERIGO, 2005, p. 36-37).

2.1. Comissão Teológica

A Comissão Teológica foi presidida pelo Cardeal Ottaviani, assistido pelo Jesuíta Tromp como secretário. Esta comissão deveria se concentrar em “discutir e investigar questões relativas à Sagrada Escritura, tradição sagrada, fé e moral” (MADRIGAL, 2016, p. 34). Ottaviani mostrou a “tese da superioridade de sua Comissão Teológica, competente para julgar teologicamente os documentos das outras comissões” (*Ibid.*, p. 48). Ottaviani “excluiu a possibilidade de criar uma comissão mista” (*Ibid.*) como meio de colaboração entre as comissões. Desta forma, ele pretendia estabelecer a Comissão Teológica como a “Congregação Suprema” (*Ibid.*) na preparação e elaboração do Concílio, no que foi coloquialmente chamado de bloco conservador do Vaticano II.

A primeira sessão plenária desta comissão teve lugar em 27 de outubro de 1960, onde foi defendido um plano, apoiado por Tromp, sobre a Igreja e sobre o depósito da fé, embora no final tenha sido imposto um plano de quatro linhas fundamentais (cf. *Ibid.*, p. 40) e para este fim foram criadas subcomissões para

elaborar textos sobre “o depósito da fé, a Igreja, as fontes da revelação e a ordem moral” (*Ibid.*).

2.2. Comissão Central Preparatória

A Comissão Preparatória Central tornou-se o cenário do desacordo teológico-doutrinal entre a Comissão Teológica e a Secretaria da Unidade, onde Ottaviani e Bea encarnaram e conduziram o pensamento que deu origem ao que foi coloquialmente chamado de bloco conservador e de bloco aberto.

A Comissão Central se reuniu pela primeira vez de 12 a 22 de junho de 1961. Nestas primeiras sessões, foram levantadas algumas questões importantes, tais como “quem deve ser convidado, além dos membros de direito, quais devem ser os critérios de seleção dos teólogos e canonistas, como devem ser organizadas as diversas comissões?” (MADRIGAL, 2002, p. 38). Neste sentido, houve participantes que defenderam uma linha aberta, onde o maior número possível de representantes da Igreja, como bispos auxiliares ou vigários episcopais, assim como os melhores teólogos, poderiam ser convidados.

A reunião seguinte da Comissão Central foi realizada de 7 a 15 de novembro de 1961, tendo tratado questões como “o convite de observadores não-católicos ao Concílio, uma nova profissão de fé, um esboço das fontes de revelação, a distribuição do clero e a provisão de paróquias” (*Ibid.*, p. 39). O Arcebispo Hurlley é altamente crítico e cético, perguntando se “estes tópicos podem fazer com que o Concílio dê vigor e vida nova à Igreja universal” (*Ibid.*, p. 40). Estas e outras questões tecem uma teia entre os padres reunidos que termina num grupo crítico dos contornos elaborados pela Comissão Teológica. Entre eles estavam J. Suenens (Bruxelas) e G. B. Montini (Milão), o futuro Paulo VI. Um *senso* comum estava se desenvolvendo entre muitos dos participantes, que mal se conheciam. Neste contexto, é importante notar o discurso do Cardeal Bea em 10 de novembro, no qual ele fez algumas observações críticas, que foram interrompidas em várias ocasiões pelo Cardeal Ottaviani.

Entre a terceira e a quarta sessões, o *motu proprio Consilium diu* seria tornado público, o que marcaria a data de 11 de outubro de 1962 como o início do Concílio Vaticano II.

O encerramento da Comissão Preparatória Central foi liderado pelo Papa João XXIII, que fez eco das discussões ocorridas durante as sessões, dando-lhes um valor positivo, pois ele apontou as diferentes posições existentes na Igreja, bem como a experiência e a diversidade geográfica dos participantes. De tudo isso, o Papa tira uma lição para o futuro que abre a esperança de um fácil entendimento entre prelados e bispos no Concílio (cf. *Ibid.*, p. 81).

A sétima e última sessão, realizada entre 12 e 20 de junho de 1962. É claro que, neste tempo de preparação para o Concílio, Ottaviani quis controlar as sessões, assim como a teologia dos tópicos a serem discutidos. Suenens perguntou ao Papa “por que o senhor manteve os prefeitos das congregações romanas à frente das comissões conciliares?” (*Ibid.*, p. 85), ao que João XXIII respondeu:

“O senhor tem razão, mas me faltou coragem” (*Ibid.*). Toda esta história nos mostra o que estava em jogo no Vaticano II, não somente nos documentos, mas em “uma visão mais *kerigmática* do Concílio ou uma visão predominantemente filosófica e teológica” (*Ibid.*, p. 88) que também nos dá pistas sobre a relação com um mundo subdesenvolvido ou empobrecido.

3. Assembleia Geral: Primeira etapa conciliar

O início do Concílio Vaticano II aconteceu em 11 de outubro de 1962 na Basílica de São Pedro, no Vaticano. A fotografia deste evento mostra uma igreja repleta de pais do Concílio, teólogos, observadores etc. João XXIII iniciou esta primeira sessão com as palavras “*Gaudet mater Ecclesia*” (A Igreja Mãe exulta), em um texto que ele mesmo havia escrito. Um texto que nos convida a celebrar a união de Cristo e da Igreja, ou seja, as possibilidades que se abrem para que a Igreja possa dialogar com a sociedade com uma atitude de aceitação e não de condenação. Para esta tarefa será necessário discernir os sinais dos tempos e desconsiderar o que ele chamará de “profetas da desgraça”, já que toda a humanidade caminha para uma nova era onde, na qual se poderá avançar na unidade cristã (ALBERIGO, 2005, pp. 50-51).

No espírito da *Gaudet Mater Ecclesia*, os bispos rejeitarão, na sessão de 13 de outubro, a lista dos dezesseis membros das comissões que a Cúria havia preparado, como aponta Câmara em suas cartas (MADRIGAL, 2016, p. 359). Dom Helder ressalta que “esta tarefa foi confiada às Conferências Episcopais” (CÂMARA, 2008, p. 27). Assim, os bispos têm a possibilidade de eleger seus membros. Segundo o bispo brasileiro, o Concílio é vivido como uma oportunidade de reunir e promover o diálogo entre “o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido” (*Ibid.*, p. 28). Isto mostra um objetivo do chamado grupo Igreja dos pobres, que não é outra coisa senão “incluir o problema do subdesenvolvimento na agenda conciliar” (MADRIGAL, 2016, p. 359).

Outra das principais preocupações de Câmara na votação das comissões é o papel das Conferências Episcopais, algo sobre o qual ele já havia pensado, tendo a experiência junto com outros bispos no Brasil, com a CNBB, e na América Latina, com o CELAM. Neste sentido, ele vê o Concílio como uma grande oportunidade para fortalecer estas conferências (cf. CÂMARA, 2008, p. 29-30).

Alguns dos bispos promoveram iniciativas para ajudar a manter este contato entre os diferentes estratos eclesiais e sociais do mundo, de modo que, entre 13 e 16 de outubro, as Conferências Episcopais trabalharam eficazmente para responder à primeira eleição de representantes solicitada pelo Concílio. O bispo mexicano Miranda, juntamente com o cardeal chileno Silva Hernandez, juntou-se às iniciativas de Roger Etchegaray, da secretaria de pastoral do episcopado francês, e Jan Brouwers, secretário do episcopado holandês, sendo os promotores desta reunião. Assim nasceu o grupo de secretários das conferências episcopais. Em 4 de novembro, o grupo foi ampliado para incluir Helder Câmara e o chileno Manuel Larraín, ex-vice-presidente do CELAM (cf. CÂMARA, 2009, p. 804-805). Este grupo se reuniria todas as semanas e teria uma grande influên-

cia no desenvolvimento do Concílio, pois era um número bastante representativo das Conferências Episcopais (cf. *Ibid.*).

Quanto à preocupação do bispo brasileiro com o subdesenvolvimento, ele confessa: “Eu vim aqui com planos muito caros, sonhos que não parecem ser meus. Eu não forcei a Providência. Aceitei o que Deus me propôs todos os dias” (CÂMARA, 2008, p. 54), do qual deduziu, depois de falar com Suenens, que não seria capaz de levantar o tema do subdesenvolvimento até a segunda ou terceira etapa do Concílio (cf. *Ibid.*). Mas, como ele mesmo assinala, outras vias foram abertas através de jantares e reuniões não institucionais com bispos franceses e africanos. A partir dessas reuniões, foi apresentada a ideia de se fazer assinaturas para abordar a questão do subdesenvolvimento no salão conciliar, para que o Concílio pudesse explicitar a lacuna existente entre a Igreja e os pobres em todo o mundo. Como resultado destas reuniões, Helder Câmara escreveu:

Em Nazaré, onde Jesus viveu como carpinteiro, uma equipe de trabalhadores cristãos, assistida por um padre, foi até seu arcebispo, seu bispo, e apresentou aos pais do Concílio a esperança do mundo do trabalho, do mundo dos pequenos, do mundo dos pobres. Eles pedem para ser considerados, sob a orientação do Espírito Santo, a relação do amor que une a Igreja e os pobres, identificados com Jesus, para que aqueles que olham para a Igreja hoje possam reconhecer em seu Jesus de Nazaré, o Carpinteiro (*Ibid.*, p.365).

Helder Câmara promoveu muito a discussão a esse respeito, mas notamos que todos os esforços foram feitos em reuniões e encontros fora da sala do Concílio. Mas, se formos às sessões nas quais ele acontecia, o que podemos extrair desta Igreja dos pobres? Uma vez eleitos os membros, muitos dos que haviam participado das comissões preparatórias foram deixados de fora. Por sua vez, o Papa elegeu membros das comissões, pois havia um número reservado para ele. Como já vimos⁴, no dia 20 de outubro o Concílio aprovou uma mensagem dos Padres conciliares dirigida a todos os homens. Uma mensagem de interesse, “especialmente em dois aspectos: paz e justiça social” (ALBERIGO, 2005, p. 54). Foi assim que o Vaticano II começou a abordar as questões. A primeira que João XXIII propôs foi a liturgia.

3.1. Reforma Litúrgica e *Sacrosanctum concilium* (22-10 a 15-11 de 1962)

Embora o tema da Igreja dos Pobres tenha emergido na etapa preparatória como eixo fundamental, a primeira sessão tratou primeiro da reforma litúrgica da Igreja. A Comissão Preparatória, como a Comissão Central, já havia trabalhado e revisado esse documento, que foi recebido com entusiasmo por muitos dos participantes. A discussão e a reflexão sobre o texto apresentado acabariam resultando na Constituição *Sacrosanctum concilium*.

4 *Acta syn.*, I/I, 231 (20-10-1962). In, *Supra*, 2.

Outro tema de discussão foi o ano litúrgico, que se realizou entre 10 e 13 de novembro. Este debate foi mais centrado no pedido, por alguns dos Padres, de simplicidade e sobriedade na celebração. Como lembrou Manuel Larraín, bispo chileno, “a liturgia é a celebração do mistério pascal de Cristo e a única maneira de fazer justiça é respeitando a pobreza, tão proeminente no Evangelho” (*Ibid.*, pp. 16-17). Paul Gouyon, coadjutor de Rennes, também estava de acordo com essa reflexão, sublinhando a necessidade de dar testemunho da pobreza que a Igreja prega. Gouyon chegou ao ponto de se perguntar se “em nossos ritos litúrgicos, os não-crentes ou aqueles que perderam a prática religiosa poderiam descobrir a verdadeira face de Cristo” (*Ibid.*, p. 17). Assim, um grupo de bispos argumentou que a beleza da liturgia é perfeitamente harmonizável com a simplicidade e a austeridade.

O documento, aprovado como uma constituição sob o nome de *Sacrosanctum concilium* em 4 de dezembro de 1963, veio após uma sensível convergência na sala de aula e abrigou “a convicção de que o tempo dos medos e da Igreja como cidade entrincheirada havia passado” (*Ibid.*, pg. 55). Esta Constituição foi um grande passo para o encontro do povo com a celebração, graças ao uso de línguas vernáculas na liturgia, além de dar valor ao caráter comunitário. A celebração é bem-organizada com a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística. No entanto, foram apresentadas várias emendas (cf. *Ibid.*, p. 55-56).

Embora o conceito de pobreza não seja amplamente retomado, o tema é mencionado no número 5 da Constituição com referência explícita a Isaías e Lucas, quando declara “Deus [...] quando a plenitude dos tempos tinha chegado, enviou seu Filho, o Verbo feito carne, ungido pelo Espírito Santo, para evangelizar os pobres e curar os contritos de coração (cf. Is 61,1; Lc 4,18), como “médico corporal e espiritual”, mediador entre Deus e os homens” (SC 5).

Em referência ao debate sobre simplicidade e austeridade, o documento lembra que “os ritos devem ser resplandecentes de nobre simplicidade; devem ser breves, claros, evitando repetições inúteis, adaptados à capacidade dos fiéis e, em geral, não devem precisar de muitas explicações” (SC I, 34). Por sua vez o n. 124 diz: “Os Ordinários, ao promover e fomentar uma arte autenticamente sagrada, devem buscar uma beleza nobre em vez de mera sumptuosidade. Isto deve se aplicar também às vestes sagradas e à ornamentação”.

3.2. “As Fontes da Revelação” (de 14 a 20 de novembro de 1962)

Em 14 de novembro, o Cardeal Ottaviani apresentou o esboço que a Comissão Preparatória Teológica havia elaborado. A maioria conciliar, em 20 de novembro, rejeitou o esboço “como negativo, pessimista, estranho ao espírito do Concílio” (MADRIGAL, 2016, p. 368), mas esta maioria não foi suficiente para retirar o esboço. Mas João XXIII, observando a realidade do que havia acontecido, decidiu que este esboço deveria ser retrabalhado por uma comissão mista, composta por membros da Comissão Teológica e a Secretaria (cf. *Ibid.*, pp. 368-369). Diante da nova situação, Helder Câmara, juntamente com Monsenhor Ancel, de Lyon e Monsenhor Himmer, de Tournai, foi encorajado a elaborar e

apresentar oficialmente, em 21 de novembro, um “pedido para a criação de uma Secretaria especial para a pobreza e o terceiro mundo” (*Ibid.*, p. 369).

3.3. Última fase da primeira sessão (23 de novembro a 17 de dezembro)

A última fase deste primeiro período começou em 23 de novembro e deveria terminar em 8 de dezembro. No mesmo dia, foi introduzido o esboço da Constituição sobre a Igreja. Nesta última fase, também foi apresentado o documento sobre a mídia, que foi rapidamente enviado com uma “proposta conciliar (de 27 de novembro) aprovando em substância o esquema na condição de que o texto fosse reduzido” (ALBERIGO, 2005, p. 58). Assim, de 1 a 11 de dezembro, foi realizada uma discussão sobre a Igreja, que consistiu em 80 páginas divididas em onze capítulos. Este texto foi reconhecido como “um dos melhores entre os aprovados pela Comissão Preparatória Teológica” (*Ibid.*, p. 59). No entanto, foi criticado pelo estilo de escrita, bem como pela linha teológica que inspirou o documento, que transmitia a ideia de uma Igreja jurídica, sem levar muito em conta a dimensão do mistério e “a falta de sensibilidade ecumênica” (*Ibid.*, p. 60). Helder Câmara escreveu em 3 de dezembro:

Amanhã, se Deus quiser, na sessão plenária da Basílica de São Pedro, o Cardeal Suenens proporá que todos os temas do Concílio sejam reagrupados organicamente em torno do tema central da Igreja, considerado *ad intra* (*euntes*: Igreja missionária; *docete*: Igreja ensinante; *baptisantes*: Igreja santificadora; *in nomine Patris*: Igreja orante) e *ad extra*” (CÂMARA, 2008, p. 176-177).

Já o discurso do Cardeal Lercaro defendeu a colocação dos pobres no centro, como pediu Câmara. Aqui está um trecho de seu discurso de 6 de dezembro:

Ao ler o resumo dos contornos que nos foi dado ontem, fiquei um pouco surpreso e afetado pela seguinte lacuna: nenhum dos contornos que nos foram ou serão propostos parece levar em conta, para um projeto explícita e formalmente de acordo com a conjuntura histórica, este aspecto essencial e primário do mistério de Cristo [...]. Não cumprimos nossa tarefa adequadamente, não levaremos em conta, com uma mente aberta, o plano de Deus e as expectativas da humanidade, se não fizermos do Mistério de Cristo nos pobres e na evangelização dos pobres o centro e a alma do trabalho doutrinário e legislativo deste Concílio. É, de fato, um dever óbvio, concreto, atual e urgente de nosso tempo. Esta é certamente uma época em que, em comparação com outras épocas, os pobres parecem menos evangelizados [...]; é uma época em que o espírito dos homens procura e escrutina, entre as questões angustiantes, quase dramáticas, o mistério da pobreza e a condição dos pobres [...]. Recordando, como outros já fizeram, o problema da evangelização dos pobres, nada poderia estar mais longe da minha mente do que acrescentar um novo ponto ao resumo, já bastante cheio de pontos tratados pelo Concílio. Mas ousou dizer: não estaríamos satisfazendo as verdadeiras e profundas exigências de nosso tempo, inclusive nosso desejo de promover a unidade de todos os cristãos, mas estaríamos nos decepcionando se tratássemos a

questão da evangelização dos pobres apenas como um dos muitos temas do Concílio. Não pode ser considerado como um dos temas do Concílio, entre muitos outros, mas como a questão central [...]. O tema deste Concílio é a Igreja em seu aspecto principal da Igreja dos pobres” (PLANELLAS, 2014, p. 29).

4. Assembleia Geral: Segunda Fase Conciliar (29 de setembro a 4 de dezembro de 1963)

Os dez meses transcorridos entre a primeira e a segunda sessões foram marcados por três eventos fundamentais: 1) a publicação da *Pacis in terris*, de João XXIII, em 11 de abril de 1963; 2) a morte de João XXIII, em 3 de junho de 1963; e 3) a eleição do Cardeal Montini como o novo Papa Paulo VI, em 21 de junho do mesmo ano 63.

Durante esse tempo, o tema da pobreza continuou presente entre os Padres em várias reuniões, congressos, cartas pastorais etc. As duas cartas dirigidas ao Papa Paulo VI por membros ativos do grupo “A Igreja dos Pobres” foram particularmente relevantes para este tema. No início da sessão de 29 de setembro, Suenens, Agagian, Döpfner e Lercaro foram nomeados como moderadores, estabelecendo a linha conciliar.

4.1. Esboço sobre a Igreja

Na sala conciliar começaram as intervenções sobre o tema da pobreza, principalmente seguindo a intuição do Cardeal Suenens, onde o terceiro capítulo “Sobre o Povo de Deus em geral e os leigos em particular” foi dividido em duas partes “Povo de Deus” e “hierarquia”. O primeiro capítulo do esquema sobre o mistério da Igreja, que afirma que “como sacramento de Cristo, a Igreja é um sinal elevado acima das nações, a quem ela oferece na pobreza evangélica o testemunho de Jesus, benevolente e humilde” (*Ibid.*, p. 35), foi também objeto de debate. Esta afirmação foi considerada ambígua por alguns.

O grupo chamado “A Igreja dos Pobres” continuou seu trabalho durante esta segunda sessão com um ritmo de reuniões semanais. Já haviam surgido iniciativas sobre a pobreza que Paulo VI aceitaria perante os moderadores do Concílio. Mas este grupo viu a necessidade de ter mais influência no trabalho do Concílio e por esta razão criou três grupos de estudo: “teologia da pobreza (Himmer e Ancel), pastoral da pobreza (Mercier e Gauthier), espiritualidade do desenvolvimento (Helder Câmara)” (MADRIGAL, 2016, p. 372).

Assim, o estudo e a preparação do texto sobre a Igreja ocuparia todo o mês de outubro. Mas sem dúvida um dos temas mais debatidos foi a colegialidade. O grupo chamado “o ecumênico”, ao qual Helder Câmara também pertencia, vinha trabalhando sobre este tema. Este grupo foi consultado pelos moderadores sobre “a sacramentalidade do episcopado, a colegialidade dos bispos e o diaconato como um estado permanente” (*Ibid.*, p. 373-374). Um grande grupo

era a favor da colegialidade, notadamente o Cardeal Bea, assim como os bispos africanos, mas havia também aqueles que se opunham a ela como minando a autoridade do Papa. Mas a opção pela colegialidade pretendia ser enraizada numa opção propriamente evangélica, vivida como uma comissão de Deus. A questão é: quem detém o poder na Igreja? É assim que Helder Câmara a define:

A votação na Basílica sobre os cinco pontos famosos foi suficientemente expressiva. Todos votaram, refletindo sobre a importância do momento histórico que estavam vivendo. O Espírito Santo e nós decidimos por uma profunda mudança na vida da Igreja. Haverá problemas, haverá dificuldades. Mas há uma esperança imensa (CÂMARA, 2008, p.375).

4.2. Assembleia Geral: Terceira etapa conciliar (14 de setembro a 21 de novembro de 1964)

A terceira etapa começou com a novidade da concelebração na missa de 14 de outubro, como indicado na *Sacrosanctum concilium*. Esta etapa é caracterizada pelo estudo dos dois últimos capítulos de *De Ecclesia*, bem como por um aprofundamento da tarefa pastoral dos bispos. Uma das principais preocupações tanto de Helder Câmara como de Suenens era “levar adiante a doutrina da sacramentalidade e colegialidade” (MADRIGAL, 2016, p. 379). Trata-se de uma etapa caracterizada pela tentativa de alguns membros de acelerar o progresso e a agilidade do Concílio.

Em meados de setembro, a votação do esboço apresentado para o *De Ecclesia* começou em sala de aula. Pouco a pouco, os votos foram caindo a favor da colegialidade, o que levaria a consequências pastorais na compreensão do ministério dos bispos. Diante do que para alguns parecia uma deriva aberta pelo Concílio, alguns Padres queriam que o Vaticano II terminasse em novembro. Por sua vez, Helder Câmara, juntamente com o grupo de trabalho da *Domus Mariae*⁵, trabalharam para “evitar que a terceira etapa do Concílio seja a última” (*Ibid.*, p. 383), para que as reformas que já estavam em andamento pudessem ir adiante.

4.3. Esquema XIII e fim da sessão 3

O grupo de conferências episcopais, chamado “*De Ecumenica*”, escreveu uma carta ao Papa expressando o desejo de que o Concílio continuasse a aprofundar o debate sobre o apostolado laical. Helder Câmara continuará a trabalhar neste esquema segundo as linhas da Igreja *ad intra* e *ad extra*, mas sem muito sucesso, porque vários teólogos o aconselham a não intervir no salão conciliar. Ele vê isso como um sinal de providência e finalmente não intervém, embora permaneça “fiel a sua vocação de animador de grupos ecumênicos” (*Ibid.*, p. 386), ao participar da comissão mista para o Esquema XIII em 12 de outubro.

5 Grupo de bispos brasileiros trabalhando juntos durante o Concílio

Uma das coisas que está claro é que este esquema terá que abandonar a “linguagem paternalista e apologética” (*Ibid.*).

O encerramento desta terceira etapa ocorreu em 21 de novembro com a promulgação da Constituição sobre a Igreja (*Lumen gentium*) e os decretos sobre as Igrejas Orientais (*Orientalium ecclesiarum*) e sobre o ecumenismo (*Unitatis redintegratio*), apesar do árduo trabalho e sofrimento dos dias anteriores, onde a preocupação pastoral e a realidade humana tiveram precedência (cf. *Ibid.*, p. 132). A *Lumen gentium* é a constituição que torna o mundo da pobreza mais explícito, como por exemplo na LG 1, quando afirma “e assim como Cristo realizou a obra da redenção em meio à pobreza e à perseguição, assim também a Igreja é convidada a seguir este mesmo caminho para comunicar às pessoas os frutos da salvação” (LG 1) ou “Todos os bispos [...] devem instruir os fiéis na obra da redenção em meio à pobreza e à perseguição” (LG 1) devem instruir os fiéis no amor de todo o corpo místico de Cristo, especialmente seus membros pobres, sofredores ou perseguidos por causa da justiça (cf. LG 1). Mt 5,10)” (LG 23). Outros textos recorrentes são: todos juntos, e cada um de sua parte, devem alimentar o mundo com frutos espirituais (cf. Gl 5,22) e difundir o espírito com que esses pobres, humildes e pacificadores são animados, que o Senhor proclamou em seu Evangelho como abençoado (cf. Mt 5,3-9). Em uma palavra, “o que a alma é para o corpo, os cristãos devem ser para o mundo” (LG 38).

Que saibam também que estão unidos de maneira especial a Cristo, que sofre pela salvação do mundo, aqueles que vivem oprimidos pela pobreza, doença, enfermidade e muitos outros contratempos ou que sofrem perseguição por causa da justiça, todos aqueles que o Senhor proclamou como felizes em seu Evangelho (LG 41).

5. Assembleia Geral: Quarta etapa conciliar (14 de setembro a 8 de dezembro de 1965)

O Esquema XIII estava na vanguarda do debate. Uma postura mais conservadora sugeriu que a linha do documento levou ao erro, já que a Igreja Católica era o repositório da verdade, enquanto uma postura mais aberta argumentou que a linha do documento não era a única, que existem “outros dons primários dados por Deus à família humana, tais como o dom da consciência e o dom da liberdade” (MADRIGAL, 2002, p. 109).

A apresentação do Esquema XIII e suas modificações tentaram responder à pergunta “quais são as características fundamentais do mundo de hoje?” (*Ibid.*, p. 110). As discussões sobre o Esquema XIII continuaram de forma moderada, incluindo a participação do Patriarca Maximus IV, que pediu a separação do socialismo de sua base materialista. Uma intervenção que foi preparada dentro da “Igreja dos pobres”. Esta afirmação encontrou respostas opostas, como a do Cardeal Florit, que via esta separação como impossível.

Neste contexto, em 11 de outubro, o Papa enviou uma carta à presidência do Concílio, pedindo-lhe que não discutisse a questão do celibato. Posteriormente,

te, houve dois períodos de recesso, de 17 a 24 de outubro e de 30 de outubro a 7 de novembro. No intervalo entre os dois períodos, foi realizada uma sessão pública solene em 28 de outubro para promulgar os decretos sobre a função pastoral dos bispos (*Christus Domunis*), sobre a formação sacerdotal (*Optatam totius*), sobre a renovação da vida religiosa (*Perfectae caritatis*), e as declarações sobre a educação cristã (*Gravissimum educationis*) e sobre a relação da Igreja com outras religiões não cristãs (*Nostra aetate*). Câmara escreveria: “Quanta luz, quantos aspectos novos, que enriquecimento doutrinário, associado ao exercício da paciência, humildade e espírito fraterno!” (CÂMARA, 2009, p. 976).

Em 18 de novembro foi promulgada a Constituição Dei Verbum, sobre a revelação. Entre 20 e 29 de novembro, as Congregações Gerais foram suspensas a fim de realizar o trabalho das Comissões sobre as Missões e o Esquema XIII, entre outros. Foi no dia 6 de dezembro que Paulo VI presidiu uma celebração ecumênica que precedeu a sessão de 7 de dezembro, onde foi realizada a última sessão pública. Esta solene sessão pública culminou com a promulgação da declaração sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis humanae*), dos decretos sobre a atividade missionária da Igreja (*Ad gentes*), sobre o ministério e a vida dos sacerdotes (*Presbyterorum ordinis*), e da Constituição pastoral, o famoso esquema XIII, sobre a Igreja no mundo de hoje (*Gaudium et spes*). Esta última constituição do Concílio contém muito trabalho, também da chamada Igreja dos pobres. Duas questões destacam a pobreza como uma opção eclesial cristológica em cf. GS 1 e GS 63. Assim, o termo pobre, pobreza, que aparece nos documentos do Conselho, será o seguinte:

Documento	Número	Total
SC	5	1
LG	8(4vezes), 23, 26, 38, 41 (2 vezes), 42 (2 vezes +nota), 43, 44 (em nota), 46, 50, 55, 57.	18
GS	1, 15, 27, 37, 57, 63, 69, 72, 81, 86, 88 (2 vezes), 90	13
AA	4	1
PC	1 (2 vezes), 13 (5 vezes), 17, 25.	9
CD	12, 13, 30.	3
OT	8, 9.	2
PO	3 (em nota), 6 (1+nota), 15, 17 (4 veces), 20, 21.	11
AG	3 (2 vezes), 5 (2 vezes), 12, 19, 20, 24.	8
GE	9	1
	Total: 63 vezes no texto e 4 em nota	

Trechos do Concílio Vaticano II em que o conceito “pobre / pobreza [pauper / paupertas]” é mencionado

Na *Sacrosanctum Concilium* há uma única ocorrência (n. 5), citando Lc 4,18. Na *Lumen Gentium*, 9: nos n.5 e 9, citando Lc 4,18 (n 5 e 9); de

novo n. 9, com a afirmação de que a Igreja reconhece nos “pobres e sofredores” a “imagem de seu fundador pobre e sofredor; no n. 23, para lembrar a preocupação da Igreja “sobretudo para com seus membros pobres, sofredores”; no n.38, para convidar todos a difundirem no mundo o “espírito que anima os pobres, os doces”; nos n. 55 e 57, referindo-se a Maria, que “ocupa o primeiro lugar entre esses humildes e pobres do Senhor”: O termo “pobreza” em 7 ocorrências nesta Constituição: para falar da “pobreza espiritual”, da “pobreza de Cristo” (n.8); lembrando aos que sofrem ou estão na pobreza que eles são bem-aventurados (n. 41); ao referir-se ao voto dos religiosos (n. 42, 43, 46, 50). Na *Dei Verbum* não há nenhuma ocorrência e na *Gaudium et Spes* os termos “pobres e pobreza” aparecem 10 e 3 vezes, respectivamente. (DE MORI, 2017, pp.838-839).

Conclusão

Em 8 de dezembro, na cerimônia de encerramento, as disputas entre a Comissão Teológica e o Secretariado para a unidade nas figuras de Ottaviani e Bea foram deixadas para trás, e o Conselho finalmente estabeleceu em seus documentos uma unidade e coerência que, em suas quatro constituições, representa o pilar sobre o qual construir a Igreja do século XXI.

Nessa conclusão, não podemos nos esquecer do pacto selado por alguns dos bispos da chamada “Igreja dos Pobres”. Nele, estabeleceram uma série de diretrizes para seu modo de proceder, renunciando à riqueza e optando pelos lugares mais pobres, o que ocorreu em 16 de novembro de 1965 na catacumba de Santa Domitilla (Roma). Esse foi o chamado “Pacto das Catacumbas”, no qual “alguns [bispos] eram latino-americanos e ao regressarem às suas dioceses tornaram realidade o que haviam firmado” (DE MORI, 2017, p. 839). Algumas das coisas que eles estabeleceram foram as seguintes:

Procuraremos viver segundo o modo ordinário da população, no que concerne à habitação, à alimentação e aos meios de locomoção; Para sempre renunciaremos à aparência e à realidade da riqueza; Não possuiremos nem imóveis, nem móveis, nem conta em banco; Confiaremos a gestão financeira em nossa diocese a uma comissão de leigos; Recusamos ser chamados com nomes que signifiquem a grandeza e o poder (Eminência, Excelência, Monsenhor...). Preferimos padre; Evitaremos aquilo que pode parecer conferir privilégios; Evitaremos incentivar ou lisonjear a vaidade de quem quer que seja; Daremos tudo o que for necessário ao serviço apostólico e pastoral das pessoas (cf. PIKAZA; ANTUNES DA SILVA, 2015, p. 20-25)

A Igreja, como afirmou João XXIII, deve aparecer como “a Igreja de todos, ou do mundo inteiro” e, acima de tudo, particularmente, “dos pobres”. É por isso que a Igreja dos pobres encontra seu devido lugar na designação da Igreja como o Povo de Deus, o que encontramos no Papa Francisco, uma Igreja que é o Povo de Deus. Para o Concílio Vaticano II, a opção pelos pobres tem claros fundamentos cristológicos e pneumatológicos (porque na AG 5 fala de seguir o Espírito de Cristo), com implicações eclesiológicas essenciais para a vida e a ação da comunidade eclesial. Os textos centrais da *Lumen gentium* 8, *Ad gentes* 5, junto com

outras passagens que pedem uma atitude de pobreza das mesmas instituições ou de certos grupos, mostram esse ponto em profundidade.

Referências

Acta syn., I/I, 231 (20-10-1962), Disponível em:

https://reader.digitalbooks.pro/book/preview/29000/la_iglesia_de_los_pobres08.html. Acesso em: 21 de julho de 2023.

ALBERIGO, G. *Breve historia del Concilio Vaticano II (1959-1965)*. Salamanca: Sígueme, 2005.

CÂMARA, H. *Circulares Conciliares VI, TI: de 13/14 outubro de 1962 a março de 1962*. LUZ MARQUES, L. C.; DE ARAÚJO FARIA, R. (org). Pernambuco: CEPE, 2008.

CÂMARA, H. *Circulares Conciliares VI, TII: de 12 setembro a 22/23 de novembro de 1964*. LUZ MARQUES, L. C.; DE ARAÚJO FARIA, R. (org). Pernambuco: CEPE, 2009.

DE MORI, G. A Igreja e a opção pelos pobres. *Brotéria* 185 (5), 2017, p. 837-852.

Documentos do Concílio Vaticano II. Disponível em:

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 21 de julho de 2023.

MADRIGAL, S. *Unas Lecciones sobre el Vaticano II y su legado*, Madrid: Comillas-San Pablo, 2002.

MADRIGAL, S. *Protagonistas del Vaticano II. Galería de retratos y episodios conciliares*. Madrid: BAC, 2016.

PIKAZA, X. Y ANTUNES DA SILVA, J. (eds.). *El Pacto de las Catacumbas. La misión de los Pobres en la Iglesia*. Madrid: Verbo Divino, 2015.

PLANELLAS, J. *La Iglesia de los pobres en el Concilio Vaticano II*. Barcelona: Herder, 2014.